



Plenário protagoniza decisões finais do Senado neste ano

Das 342 propostas decididas em 2017 pela Casa, 220 foram aprovadas ou rejeitadas pelo conjunto dos senadores, e não só nas comissões

O Senado manteve em 2017 a tendência de maior participação do Plenário nas decisões finais sobre projetos. Uma das promessas do presidente do Senado, Eunício Oliveira, ao assumir o comando da Casa, foi a de valorizar o trabalho do conjunto dos senadores, em vez de dar maior peso às comissões e a outros colegiados. Este ano a porcentagem de propostas submetidas ao Plenário foi 64%, enquanto, nos dez anos anteriores, cerca de 45% das propostas, em média, foram analisadas pelo conjunto dos senadores.

Eunício afirmou que não foi criada nenhuma comissão extraordinária e todas as propostas receberam parecer de pelo menos uma comissão permanente da Casa, ressalvados os casos de amplo consenso e assinatura dos próprios líderes. Entre os projetos de maior destaque aprovados em 2017, o presidente do Senado ressaltou os que deram origem às reformas trabalhista, política e do ensino médio, ao Programa Cartão Reforma, ao regime de recuperação fiscal dos estados e às novas regras para o financiamento estudantil. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado - 31/5/2017

Eunício faz balanço do ano legislativo e destaca que a maioria das decisões do Senado foi tomada de forma coletiva

Edilson Rodrigues/Agência Senado - 14/12/2017



Collor apresenta balanço das atividades da Comissão de Relações Exteriores

Lei da Migração marcou atuação da CRE neste ano, avalia Collor

A Comissão de Relações Exteriores avaliou neste ano 160 propostas, entre projetos, análise de acordos do governo com outros países e sabinas de embaixadores, informou

o presidente do colegiado, Fernando Collor.

Ele destacou as votações da nova Lei da Migração e da adesão do Brasil à segunda fase do Protocolo de Kyoto. **7**

Congresso votou quatro emendas à Constituição **5**

Mulher já pode ser oficial na Marinha **2**

Oposição apoia decisão sobre servidores **8**

Fundeb e integração do Rio São Francisco são destaques da CDR

Debates sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a discussão sobre a retomada de obras do projeto de integração do Rio São Francisco foram

destaques da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo neste ano.

O colegiado fez 38 reuniões, sendo 15 deliberativas, e aprovou 14 projetos. **7**



Genildo Magela/Agência Senado - 13/12/2017

Fátima Bezerra preside a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Plantio de cana na Amazônia foi tema da CRA

A aprovação de projeto que permite o plantio de cana-de-açúcar em áreas degradadas da Amazônia foi um dos destaques do ano na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ao todo, a comissão aprovou 60 proposições em 2017. **6**

Cassol apresenta relatório de atividades da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



Genildo Magela/Agência Senado

CPIs investigaram Previdência, JBS, BNDES e maus-tratos a crianças

Em 2017, quatro comissões parlamentares de inquérito funcionaram no Senado. Duas concluíram os trabalhos neste ano: a CPI da Previdência e a CPI mista da JBS. A CPI do BNDES e a dos Maus-Tratos continuarão os trabalhos no próximo ano. **4**

Projeto aprovado e sancionado muda regras para eleições de 2018

Entre outros pontos, lei regulamenta distribuição de verbas do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. **5**

Devido ao recesso parlamentar, o **Jornal do Senado** volta a circular em 2 de fevereiro

Fernando Frazão/ABR



Desfile da Marinha no Rio: força é a primeira a retirar restrições para admissão e promoção de mulheres

Mulheres já podem ocupar cargos oficiais da Marinha

Lei sancionada na segunda-feira e já em vigor permite às mulheres ingressar, por concurso, no Corpo da Armada e no de Fuzileiros, antes restritos a homens. Projeto foi aprovado no Senado no dia 12

AS MULHERES PODERÃO ocupar todos os cargos de oficiais da Marinha. É o que estabelece a Lei 13.541/2017, sancionada pelo presidente Michel Temer na segunda-feira e publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A nova lei tem origem no PLC 147/2017, aprovado no Senado no dia 12, e já entrou em vigor ontem. Pelo texto, as mulheres poderão ser admitidas nas atividades da Marinha e integrar o oficialato do Corpo da Armada e o de Fuzileiros Navais, até então restritos apenas a homens.

Atualmente a Marinha é a única das Forças Armadas que tem uma mulher oficial general em seus quadros. A

contra-almirante Dalva Maria Carvalho Mendes ocupa o terceiro posto mais importante da Marinha e tem patente equivalente à de general de brigada no Exército e de brigadeiro na Aeronáutica. Mas, pela legislação anterior, ela só pôde ascender na carreira por ser médica e já fazer parte do corpo de saúde da instituição.

Dalva Maria Mendes tornou-se a primeira mulher a ocupar um cargo de oficial general das Forças Armadas. Agora a Marinha é a primeira força a retirar qualquer restrição à admissão e promoção de mulheres em seus quadros, razão pela qual elaborou o projeto de lei, enviado ao Congresso em setembro.

Também foi a Marinha a primeira a fazer curso de formação para oficiais voltado a mulheres, em 1980, o que a Aeronáutica seguiu em 1981 e o Exército, nos anos 1990.

A nova lei também exclui a vantagem que os militares têm sobre os civis ao prestarem concursos para os cursos de formação de oficiais da Marinha. A mudança valerá para ambos os sexos. Desse modo, o militar deverá ser demitido ou desligado e reintegrado à Marinha em condições iguais ao do aluno civil.

O texto ainda permite ao pessoal auxiliar no quadro de Armada e Fuzileiros seguir na carreira até o posto de capitão de mar e guerra, o mais alto.

Legislação altera royalties pagos por mineradoras

Foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* a Lei 13.540/2017, que altera alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), uma espécie de royalty pago pelas mineradoras a estados e municípios. O presidente da República, Michel Temer, vetou a redução de alíquota da Cfem para alguns minérios.

O texto tem origem no Projeto de Lei de Conversão 38/2017, decorrente da Medida Provisória 789/2017 e aprovado pelo Senado em novembro.

Com a nova legislação, as alíquotas dos minerais extraídos no Brasil vão variar entre 1% e 3,5%, com aumentos para alguns tipos e diminuição para outros. O texto também altera a distribuição dos recursos entre os órgãos e entes federados beneficiados.

A redução da alíquota caberá à Agência Nacional de Mineração (criada pela MP

791/2017) em razão do teor de ferro, da escala de produção, do pagamento de tributos e do número de empregados, para não prejudicar a viabilidade econômica de jazidas de baixo desempenho e rentabilidade.

Novas alíquotas

As alíquotas cobradas pela Cfem serão de 1% para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais para uso imediato na construção civil, além de rochas ornamentais, águas minerais e termiais. O ouro extraído por mineradoras passa a pagar 1,5% em vez de 1%. O diamante extraído por mineradoras, que pagava 0,2%, pagará 2%. Já bauxita, manganês, nióbio e sal-gema tiveram a alíquota reajustada para 3%.

Quanto ao minério de ferro, responsável por 75% da produção mineral brasileira, a alíquota máxima passa de 2% sobre a receita líquida para 3,5% sobre a receita bruta, des-

contados os tributos, podendo ser diminuída para até 2%.

Foi vetada a redução da alíquota para 0,2% de ouro e diamante (quando extraídos por lavra garimpeira), outras pedras preciosas e pedras coradas lapidáveis, além de calcário para uso como corretivo de solo, potássio, sal-gema, rochas fosfáticas e demais substâncias minerais utilizadas como fertilizantes.

De acordo com Temer, na razão para o veto, a redução de alíquota desses minerais aliada a outras alterações promovidas pela nova lei resultaria em expressiva perda de recursos para parte dos municípios e impactaria o valor a ser repassado à União.

Também foi vetada a inclusão, entre os beneficiários da arrecadação da Cfem, de municípios considerados socialmente atingidos pela mineração por fazerem fronteira com locais de produção dos minérios.

Sancionada lei que facilita pagamento de emendas

Foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem a Lei 13.539/2017, que facilita o pagamento de emendas parlamentares. O presidente Temer vetou, no entanto, um artigo que impedia o contingenciamento do Fundo Partidário.

A lei tem origem no PLN 13/2017, relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO) e aprovado pelos parlamentares. A norma já começou a vigorar.

O texto faz duas mudanças na execução das emendas de bancadas estaduais. A primeira altera o “identificador de resultado primário” das emendas. É uma espécie de indicador que aponta o efeito daquela despesa sobre o resultado primário da União.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 proíbe a alteração desse indicador no pagamento das emendas coletivas de bancada, o que, segundo Raupp, dificulta a liberação do dinheiro. O texto permite a mudança,

desde que haja solicitação ou concordância da bancada estadual autora da emenda.

A segunda alteração permite ampliar as programações das emendas e autoriza o Executivo a fazer ajustes a pedido das bancadas. Isso, porém, apenas em duas situações: se forem identificados impedimentos técnicos ou legais na programação original e se não houver mais tempo para o Congresso fazer a mudança.

Fundo Partidário

Foi vetado artigo incluído por Raupp para impedir o contingenciamento do Fundo Partidário. Pela regra atual, a União pode cortar o dinheiro dos partidos, desde que respeite a transferência mínima, calculada com base no número de eleitores. No texto aprovado pelo Congresso, mas vetado por Temer, os recursos definidos no Orçamento para os partidos ficariam preservados, sem possibilidade de corte.

Raupp faz balanço positivo das atividades do Senado em 2017 e destaca aprovações

Valdir Raupp (PMDB-RO) fez em Plenário um balanço dos projetos aprovados pelo Senado em 2017. Ele destacou a aprovação das PECs que alteraram a legislação eleitoral e as leis trabalhistas.

Para o senador, também merecem destaque, entre outras propostas, a MP que renegotiou a dívida de estados e



Valdir Raupp/Agência Senado

municípios, o projeto que regulamentou as operações de crédito contratadas por entes federados e a PEC que garante prestação de contas simplificada para prefeituras de pequenas cidades. Ele citou ainda a reforma do ensino médio.

— Conseguimos avançar muito — afirmou.

Ana Amélia critica companhias aéreas e administração do Aeroporto de Guarulhos

Ana Amélia (PP-RS) classificou como péssimas as condições do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, e o descaso das companhias aéreas com os passageiros. Ela relatou uma viagem recente em que o início do seu voo atrasou duas horas e o portão de embarque foi trocado cinco vezes. A



Ana Amélia/Agência Senado

senadora disse que é favorável às privatizações, mas ressaltou que os serviços em Guarulhos continuam precários.

— Os passageiros estão sofrendo, seja nas mãos das companhias aéreas, seja nas mãos da ineficiência da administração do Aeroporto de Guarulhos.

Em seu primeiro discurso, Pastor Bel destaca família e elogia medidas de Temer

Em seu primeiro discurso na tribuna, o senador Pastor Bel (PRTB-MA) elogiou o governo Temer, que, para ele, está no “caminho certo”, e destacou a importância da família. Pastor Bel assumiu na segunda-feira a vaga de Edison Lobão (PMDB-MA), que se licenciou do mandato para



Pastor Bel/Agência Senado

cuidar da saúde. Ele deixou como sugestão de meditação o Salmo 128, da Bíblia, que declara como “bem-aventurado o homem e a mulher que temem ao Senhor.” O senador disse que é preciso parar e refletir sobre Deus, que está acima de todas as discussões ocorridas no Parlamento.

Plenário foi protagonista das decisões de 2017

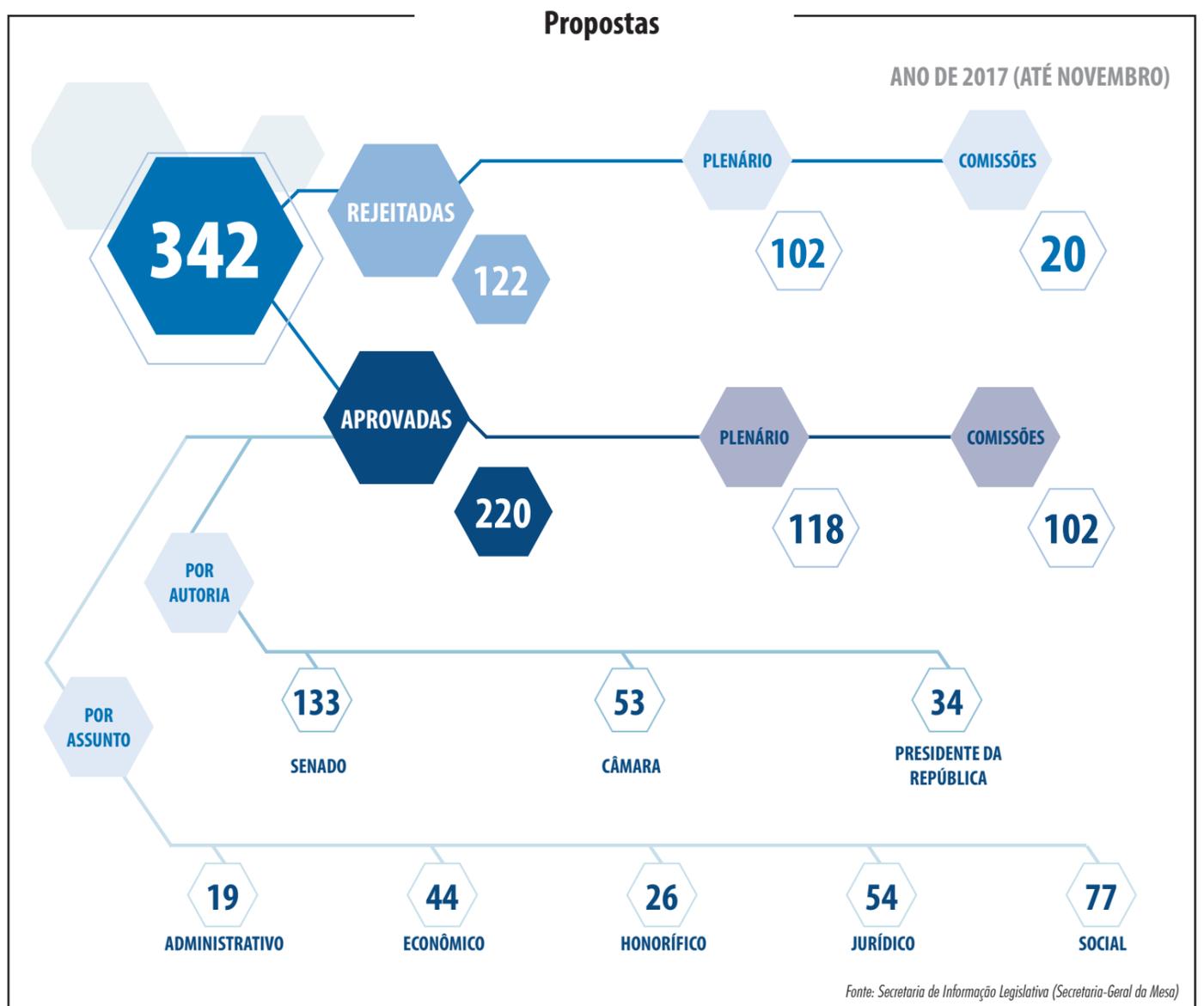
Este ano a maior parte das decisões finais do Senado foi tomada pelo Plenário, e não pelas comissões. Das 342 propostas, 220 passaram pelo conjunto dos senadores

OS NÚMEROS DA atividade legislativa do Senado em 2017 mostram que a Casa manteve a tendência de maior participação do Plenário nas decisões finais sobre projetos. Uma das promessas do presidente do Senado, Eunício Oliveira, ao assumir o comando da Casa, havia sido valorizar o trabalho do conjunto dos senadores, em vez de dar maior peso a colegiados especiais.

— Neste ano buscamos, todos nós, imprimir a esta gestão a marca do diálogo, da participação coletiva e da efetividade dos resultados. Buscamos promover a união e o entendimento em prol de um objetivo comum: o Brasil — afirmou Eunício na quinta-feira, ao fazer um balanço das atividades da Casa no ano.

O Senado analisou 342 proposições em 2017, das quais 220 foram submetidas ao Plenário — um índice de 64%, superior à média dos dez anos anteriores (45%). As outras 122 propostas foram decididas de forma terminativa pelas comissões temáticas.

Entre 2009 e 2012, por exemplo, pouco mais de um terço dos projetos (35% na média anual) chegou ao Plenário — ou seja, a maioria das decisões foi tomada pelas comissões, sem a participação de todos os senadores.



As comissões nesta gestão, segundo Eunício, foram valorizadas no papel consultivo, atendendo outro compromisso assumido pelo presidente no início do ano: privilegiar

os pareceres das comissões permanentes e não transferir a análise de proposições a comissões especiais.

— Não criamos nenhuma comissão extraordinária e

todas as matérias receberam parecer de pelo menos uma comissão permanente desta Casa, ressalvados, obviamente, os casos de amplo consenso e assinatura dos

próprios líderes — disse.

Também em 2017, 58% das sessões no Plenário do Senado foram deliberativas, ou seja, destinadas à discussão e à votação de projetos de lei. É o maior índice dos últimos oito anos. Isso significa que o Plenário se dedicou mais às decisões sobre novas leis e programas do que a outros fins, como homenagens.

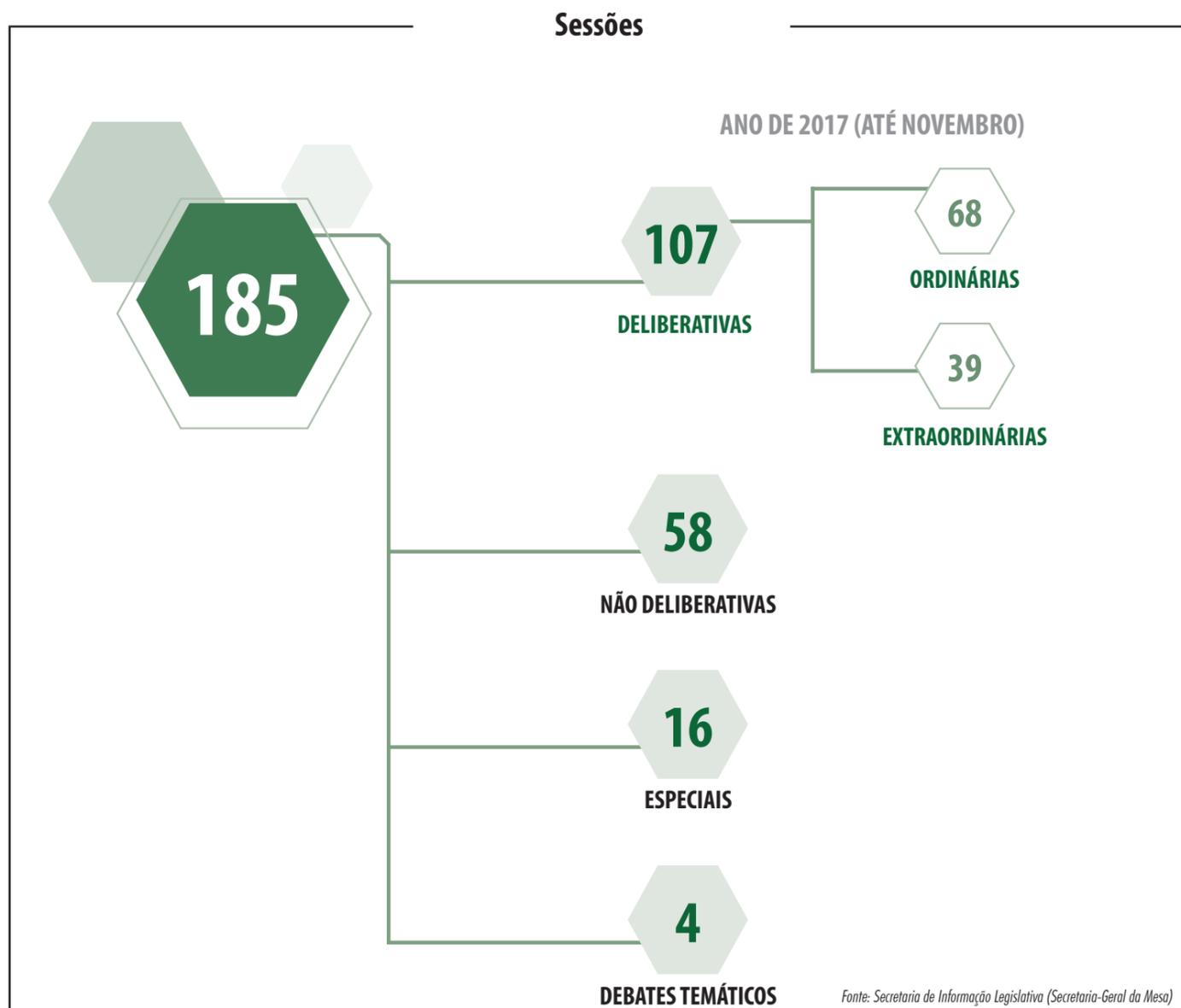
Conteúdo

Os números sugerem que as atividades do Senado têm sido cada vez mais voltadas para a voz e o voto da totalidade dos senadores, observou Eunício.

No entanto, segundo o presidente do Senado, mais importante do que as estatísticas é o conteúdo das atividades.

— Não me preocupam os números de produção legislativa, e sim a qualidade do que fazemos.

Entre os projetos de maior destaque aprovados em 2017, de acordo com Eunício, estão os que deram origem à reforma trabalhista (Lei 13.467), à reforma política (Lei 13.488), ao Programa Cartão Reforma (Lei 13.439), ao regime de recuperação fiscal dos estados e do Distrito Federal (Lei Complementar 159), à reforma do ensino médio (Lei 13.415) e às novas regras para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o programa de crédito para estudantes de nível superior (Lei 13.530).



Quatro CPIs funcionaram no Senado em 2017

As comissões da Previdência e mista da JBS encerraram os trabalhos. Outras duas foram prorrogadas: a do BNDES e a que investiga maus-tratos contra crianças e adolescentes

QUATRO COMISSÕES PARLAMENTARES de inquérito funcionaram no Senado em 2017. Duas concluíram seus trabalhos neste ano com a apresentação e a votação de relatórios finais: a CPI da Previdência e a CPI mista da JBS. Outras duas foram prorrogadas. A CPI do BNDES funcionará até 1º de março e a dos Maus-Tratos terá até 18 de agosto para apresentar o relatório final.

Algumas das preocupações da CPI da Previdência foram aperfeiçoar a legislação para assegurar o equilíbrio do sistema previdenciário brasileiro, como mecanismos de combate às fraudes, mais rigor na cobrança dos grandes devedores e o fim do desvio de recursos para outros setores.

Durante seis meses de funcionamento, o colegiado presidido pelo senador Paulo Paim (PT-RS) promoveu 31 audiências públicas, apresentou dezenas de requerimentos de informações a órgãos públicos e ouviu mais de 140 depoimentos.

Aprovado no final de outubro, o relatório final aponta erros na proposta de reforma apresentada pelo governo, sugere emendas à Constituição e projetos de lei e indica uma série de providências a serem tomadas pelo Poder Executivo.

A CPI sugere, por exemplo, que o governo federal peça urgência para o projeto que trata da cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública e atualiza e moderniza a execução fiscal (PL 5.080/2009, na Câmara). Também propõe uma PEC que impede a Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre as fontes de financiamento da seguridade social.

— Procuramos fazer um trabalho cidadão, em que o único



Comissões da JBS e do BNDES recebem Joesley Batista (3º à esq.) em reunião presidida por Ataídes (2º à esq.)

compromisso era com a verdade, não era caçar bruxas e não era prejudicar ninguém — disse o relator da CPI, senador Hélio José (Pros-DF) em balanço dos trabalhos do colegiado.

Polêmica

Já o relatório final da CPI mista da JBS foi aprovado na quinta, depois que o relator, deputado Carlos Marun (PMDB-MS), aceitou retirar pontos considerados polêmicos pelos integrantes da comissão.

Foram excluídos a sugestão de indiciamento do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, o projeto de lei que diminuía o poder do Ministério Público na celebração de acordos de delação premiada e o pedido de investigação das denúncias feitas pelo advogado Rodrigo Tacla Durán contra a força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba.

O documento aprovado manteve o pedido de indiciamento do ex-procurador Marcello Miller, acusado de favorecer os controladores do frigorífico JBS em troca de um contrato milionário com

o escritório de advocacia que tratava do acordo de leniência do grupo. Também pediu o indiciamento dos irmãos Joesley e Wesley Batista. Os controladores da JBS são acusados de corrupção ativa, uso indevido de informação privilegiada e manipulação de mercado. O executivo Ricardo Saud, da JBS, é acusado de corrupção ativa.

O presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), criticou a atuação de alguns procuradores.

— Obtivemos provas de que o ex-procurador Marcello Miller e o procurador Ângelo Goulart Villela atuaram em benefício da JBS quando ainda eram da equipe de Janot. É difícil acreditar que o ex-procurador-geral da República não soubesse disso — afirmou.

BNDES

Instalada em agosto, a CPI do BNDES, que investiga irregularidades em empréstimos concedidos pelo banco no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, ouviu o empresário Eike Batista, do grupo EBX, e o

ex-presidente do banco Luciano Coutinho.

Eike negou privilégios ou irregularidades nos empréstimos obtidos no banco. Já Coutinho, que dirigiu o BNDES de maio de 2007 a maio de 2016, negou qualquer interferência política nos contratos do banco enquanto ele presidia a instituição. A CPI é presidida por Davi Alcolumbre (DEM-AP). O relator é Roberto Rocha (PSDB-MA).

Maus-tratos

Em funcionamento desde 9 de agosto, a comissão que investiga maus-tratos contra crianças e adolescentes lançou três cartilhas de prevenção contra o suicídio, a automutilação, o bullying e o cyberbullying. O objetivo do material didático é orientar pais, responsáveis, professores e profissionais atuantes na defesa de jovens e crianças. As cartilhas serão distribuídas nacionalmente e estarão disponíveis via internet.

O relator da comissão, senador José Medeiros (Pode-MT), classificou a edição das

cartilhas como um dos avanços proporcionados pela atuação da CPI. O presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), apresentou três projetos de lei. O primeiro altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e prevê a classificação indicativa por faixa etária para exposições, a cargo do Ministério da Justiça (PLS 506/2017). O senador reforçou que a intenção é proteger crianças, e não “criminalizar a arte”.

A segunda proposta estabelece normas de segurança e de medicina do trabalho para profissionais que atuam em locais de educação infantil e fundamental (PLS 507/2017). A terceira prevê a obrigatoriedade de notificação do conselho tutelar sobre casos de suspeita de automutilação de crianças e adolescentes (PLS 508/2017).

— O nosso foco é a criança e temos trabalhado duro e com seriedade — disse Malta.

Supersalários

Uma quinta CPI chegou a ser aprovada pelos senadores em 2017, mas só deve começar a funcionar no próximo ano: a CPI dos Supersalários.

Proposta por Renan Calheiros (PMDB-AL), a CPI vai investigar o pagamento de salários acima do teto constitucional para servidores e empregados da administração pública direta e indireta.

“No momento em que se rediscute, para menor, o valor estimado para o salário-mínimo, há cortes sensíveis em programas sociais, em investimentos e custeio. Em tempos de crise, os sacrifícios devem ser compartilhados por todos e, em qualquer caso e em qualquer tempo, cumpridas as regras constitucionais vigentes no país”, argumenta o senador no pedido de criação da CPI.

Para Rose, Senado deve ir ao encontro da população

Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou que em 2017 o governo criou uma sintonia entre os três Poderes na tentativa de ajustar o país. E salientou que, para 2018 ser melhor, é necessário que o Senado atenda cada vez mais os anseios da população.

Para a senadora, o Congresso precisa interagir com a população e construir o cenário de confiança necessário para o Brasil se desenvolver. Segundo ela, os índices ainda incomodam, mas é preciso reconhecer os esforços do presidente Michel Temer.

— O povo, aquele que não é um detalhe menor de toda essa discussão que nós temos cotidianamente, espera que a classe política cumpra com o seu dever.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Hélio José: povo não deve pagar dívida de empresa

Relator da CPI da Previdência, Hélio José (PROS-DF) afirmou que os seis meses de trabalho, entre audiências públicas e reuniões, permitiram fazer um retrato realista das contas da Previdência, indicando que o setor não é deficitário, ao contrário do que diz o governo. Para o senador, o governo não ataca o problema real da Previdência, ao não cobrar de empresários os valores de contribuições previdenciárias não pagas.

— E o pior é que os trabalhadores estão sendo chamados a pagar essa conta, que não é deles — acrescentou.

Hélio José fez um apelo para que, nas eleições de 2018, os brasileiros, por meio do voto, escolham representantes que possam fazer um bom trabalho.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Vanessa diz que mercado dita as normas no Brasil

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou ontem que a permanência de Michel Temer na presidência da República foi a efetivação do golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff. Segundo ela, o objetivo foi trocar o chefe do Executivo para aplicar uma pauta nociva ao país e aos direitos dos trabalhadores. Vanessa relatou que na segunda-feira quase 500 mil pessoas foram às ruas na Argentina em protesto contra a reforma da Previdência naquele país. De acordo com a senadora, o grito de ordem dos manifestantes foi “Aqui não é o Brasil”.

Vanessa reclamou ainda da influência do mercado na política do Brasil.

— O mercado cada vez manda mais. O mercado cada vez põe mais as cartas na mesa e dita o que deve e o que não deve ser feito no Brasil.

Cristovam pede ao eleitor que vote a favor do país

O Brasil precisa eleger um novo projeto, não apenas um novo presidente, afirmou ontem Cristovam Buarque (PPS-DF). O senador salientou que o país está paralisado pela corrupção, pela violência, pela concentração de renda e pelo aumento da pobreza.

Além disso, ele avalia que as instituições não estão sólidas e que o Poder Judiciário parece estar “bipolar”, pois muda de postura com frequência.

— Se eu fosse escolher um voto para 2018, seria que em 2018 nós votemos pelo Brasil. Não votemos por cada um de nós. Nem votemos por cada candidato que está aí. Votemos por aquele que representa a melhor proposta pelo Brasil.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

Novas regras eleitorais vão valer já em 2018

Projeto que foi aprovado neste ano pelo Senado e virou lei impõe limite a gasto de candidato e disciplina partilha do fundo de financiamento eleitoral

O PLENÁRIO DO Senado aprovou em outubro o PLC 110/2017, que altera regras eleitorais, limita os gastos de campanha e regulamenta a distribuição de recursos do Fundo Especial de Financiamento da Campanha. A proposta, que já foi sancionada (Lei 13.488), vai valer para as eleições do ano que vem.

Estimado em R\$ 1,7 bilhão para 2018, o fundo será composto por 30% das emendas de bancadas estaduais e pela compensação fiscal paga às emissoras de rádio e TV pela transmissão da propaganda partidária, que será extinta.

Os recursos do fundo terão o seguinte destino: 2% partilhados entre todos os partidos, 35% divididos entre os partidos com deputados federais (na proporção dos votos recebidos), 48% rateados na proporção das bancadas na Câmara e 15% divididos na proporção das bancadas no Senado.

Para 2018, a representação a ser considerada será a das bancadas na Câmara e no Senado em 28 de agosto de 2017. Nos anos seguintes, a representação será a resultante da eleição.

Após muita polêmica, prevaleceu o limite de 10% da renda do candidato para financiar a própria campanha eleitoral.

Na última sessão realizada pelo Congresso em 2017, os parlamentares derrubaram o Veto 32/2017, imposto pelo presidente da República ao PLC 110/2017. Ao vetar a proposta, Temer manteve o que



Eleições do ano que vem serão realizadas segundo novas regras, aprovadas neste ano pelo Congresso Nacional

determina a Lei 9.504 (Lei das Eleições) sobre o autofinanciamento de campanhas, ou seja, candidato que tivesse recursos suficientes para bancar o custo total de sua campanha poderia fazê-lo, obedecendo apenas o limite de gastos estipulado para cada cargo em disputa.

Com a derrubada do veto, voltou a valer o proposto na minirreforma eleitoral, que revogou o artigo da legislação atual que permite ao candidato financiar até 100% de sua campanha. Sendo assim, fica valendo a regra geral para doação de pessoa física, que prevê limite de 10% do rendimento bruto, desde que não ultrapasse dez salários mínimos.

A minirreforma eleitoral aprovada neste ano impõe R\$ 70 milhões como teto de gastos para presidente, R\$ 2,5 milhões para deputado federal e R\$ 1 milhão para deputado estadual e distrital.

A campanha para governador terá seis faixas de tetos

de gastos, segundo o número de eleitores de cada estado, variando de R\$ 2,8 milhões a R\$ 21 milhões. Candidatos a senador poderão gastar de R\$ 2,5 milhões a R\$ 5,6 milhões, enquadrados em cinco faixas segundo o número de eleitores.

Candidato avulso

A proposta aprovada também proíbe a candidatura avulsa. A opção gerou protestos do senador Reguffe (sem partido-DF). Ele chegou a pedir verificação de voto, mas não teve o apoio necessário:

— Se alguém quiser se filiar a um partido, muito bem. É um direito. Mas, candidatar-se sem filiação partidária também é um direito, e o eleitor tem a liberdade de escolher. Proibir isso é antidemocrático, torna a política monopólio dos partidos políticos — argumentou.

O projeto seguiu a decisão do STF que considerou inconstitucional a doação de pessoas jurídicas para campanhas.

A propaganda eleitoral no rádio e na TV no segundo turno ficará menor em quantidade de tempo e de dias. Atualmente, a lei prevê que ela comece 48 horas depois de proclamado o resultado do primeiro turno, com dois blocos diários de 20 minutos para cada eleição (presidente e governador) nos locais onde houver a disputa para os dois cargos.

Com a mudança, a propaganda em segundo turno começa na sexta-feira seguinte à realização do primeiro turno e o tempo total é diminuído para dois blocos diários de dez minutos para cada eleição.

Os debates que as emissoras podem transmitir durante o período de campanha terão a participação garantida de partidos com bancadas de cinco ou mais deputados (estaduais, distritais ou federais, conforme o cargo em disputa).

A regra vale para debates sobre eleições majoritárias ou proporcionais. Atualmente, a

lei assegura a participação de partidos com bancadas de no mínimo dez deputados.

Os candidatos poderão fazer o uso de financiamento coletivo (*crowdfunding*) para arrecadar recursos de campanha. Essa ferramenta já é usada por *startups* para angariar recursos destinados ao desenvolvimento de seus projetos.

As instituições que trabalham com esse financiamento coletivo poderão arrecadar recursos para o candidato que as contratar desde maio do ano eleitoral. As arrecadoras terão de ter cadastro na Justiça Eleitoral, identificar o doador e dar-lhe recibo e divulgar lista de doadores e quantias doadas.

O uso de automóvel do candidato, de cônjuge e de parentes até o terceiro grau para uso pessoal durante a campanha é um novo caso de dispensa de comprovação na prestação de contas de gastos de campanha.

Campanha educativa

Entre abril e julho do ano eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá usar até cinco minutos diários em cadeia de rádio e TV para incentivar a participação de mulheres e negros na política e esclarecer os cidadãos sobre o sistema eleitoral.

Outra mudança é que todos os partidos que participarem do pleito poderão concorrer à distribuição dos lugares não preenchidos com a aplicação do quociente partidário.

Atualmente, apenas os partidos que alcançaram esse quociente eleitoral podem concorrer a essas vagas. Essa regra abre possibilidade para a participação de partidos com votações menores.

Com a Agência Câmara

Congresso aprovou quatro emendas à Constituição neste ano

O Congresso priorizou o interesse da população ao longo do ano de 2017, disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira, em discurso na semana passada, na última sessão deliberativa deste ano.

— Em nosso primeiro ano na Presidência do Congresso, priorizamos a apreciação de matérias que atenderam o interesse da maioria da população brasileira — afirmou.

Neste ano, o Congresso fez 12 sessões deliberativas para análise de vetos e votação de propostas. Quatro emendas constitucionais foram promulgadas. O Congresso fez ainda dez sessões de homenagens.

Em 4 de outubro, foi promulgada a Emenda Constitucional 97, que veda as coligações partidárias nas eleições proporcionais e estabelece normas sobre acesso dos partidos políticos

aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na TV. A emenda decorre da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2017.

Na quinta-feira, foi promulgada a Emenda Constitucional 99, proveniente da PEC 45/2017, de José Serra (PSDB-SP), que aumenta de 2020 para 2024 o prazo para estados e municípios quitarem seus precatórios dentro de um regime especial.

As outras duas emendas promulgadas pelo Congresso neste ano foram a Emenda Constitucional 96, que libera práticas como as vaquejadas e os rodeios em todo o território brasileiro, e a Emenda Constitucional 98, que permite às pessoas que tenham mantido qualquer tipo de relação de trabalho com os ex-territórios

de Roraima e do Amapá optarem pelo quadro em extinção do governo federal.

Vetos

Os senadores e deputados avaliaram 40 vetos presidenciais a projetos aprovados pelo Legislativo. Ao todo, foram 943 dispositivos vetados (de itens de projetos até projetos completos), dos quais 924 dispositivos foram mantidos, 18 foram rejeitados e apenas 1 está pendente de apreciação.

Um dos vetos rejeitados foi o relativo à lei que convalida incentivos concedidos a empresas pelos governos estaduais (Lei Complementar 160/2017). Outro veto derrubado suspendia pontos da Lei 13.485/2017, que parcela e concede descontos às dívidas previdenciárias de estados e municípios. Assim, foi reintegrada à lei o chamado

“encontro de contas”, quando débitos dos municípios com a União podem ser reduzidos pelos créditos que as prefeituras têm a receber do governo.

Também foi rejeitado veto imposto ao projeto da Câmara sobre reforma política (PLC 110/2017). Com isso, foi restaurado o limite de doação para as campanhas, e o candidato poderá doar até 10% de seu rendimento como pessoa física.

Projetos

O Congresso aprovou 37 projetos no ano. Eunício destacou como “importante marca” a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em 13 de julho, dentro do prazo legal. Ele também ressaltou a aprovação da Lei Orçamentária Anual (PLN 20/2017) na quinta-feira passada, uma semana antes do fim do ano legislativo.

Sérgio de Castro defende aumento da produtividade

As propostas apresentadas pelo grupo de senadores que tratou das reformas na microeconomia não vão custar nada para o país, mas possibilitarão um avanço muito grande, disse Sérgio de Castro (PDT-ES). Para o senador, aumentar a produtividade deve ser o objetivo de todos que se preocupam com o país. Ele disse que até 2007 havia uma melhora na economia, mas nos últimos anos houve regressão.

O estudo da comissão, que foi presidida por Armando Monteiro (PTB-PE), sugeriu a aprovação de 22 projetos já em análise no Congresso.



Waldemir Borges/Agência Senado

Aprovações da CRA em 2017 incluem cana na Amazônia e transgênicos

Em balanço das atividades da comissão, Ivo Cassol destacou importância do projeto que permite plantio em área degradada da floresta

EM 2017, A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou perto de 60 proposições, incluindo 11 projetos de lei e 2 emendas da comissão à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária, além de 42 requerimentos. Os dados foram apresentados ontem.

Entre os textos aprovados, esteve o PLC 34/2015, que retira a obrigação de as embalagens alimentícias estamparem o triângulo amarelo com a letra T quando contiverem componentes transgênicos. Aprovado em setembro, o texto foi enviado para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo projeto, caso a concentração de organismos geneticamente modificados seja superior a 1%, os produtores deverão continuar a incluir a informação no rótulo. Em vez da letra T utilizada atualmente, a embalagem deverá conter uma indicação escrita de que há ingrediente transgênico.

Amazônia

O projeto, do deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), é polêmico. Em agosto, foi colocado em pauta e teve voto em separado da senadora Regina Sousa (PT-PI) contra a proposta na CRA. Na comissão anterior, a de Ciência e Tecnologia (CCT), o projeto havia sido rejeitado. Também foi aprovada a pro-



Cassol apresenta relatório das atividades da Comissão de Agricultura

posta que permite o cultivo de cana na Amazônia Legal, em áreas já degradadas de floresta e nos trechos de Cerrado e campos gerais dos estados que compõem a região. O PLS 626/2011, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), pode ser incluído na pauta do Plenário.

Na apresentação do balanço, o presidente da CRA, senador Ivo Cassol (PP-RO), afirmou:

— Não tem por que proibir [a cana] na Amazônia ou em qualquer canto do Brasil. É um cultivo que se produz em cima da oportunidade do momento. Se é cana hoje, ótimo. Se amanhã é soja, vamos colocar soja. Se depois é proteína animal, vamos plantar grama. As áreas degradadas têm que ser usadas da melhor maneira possível.

A CRA também aprovou o PLC 63/2016, do deputado

Alceu Moreira (PMDB-RS), que simplifica o registro e a rotulagem das polpas e dos sucos de frutas artesanais elaborados por pequenos produtores familiares.

Carne Fraca

Outra aprovação foi a do PLS 379/2016, que disciplina a distribuição de recursos da União para a defesa agropecuária e estabelece percentuais para os repasses a estados e municípios para ações de inspeção e controle da saúde dos animais e vegetais. O PLS 379/2016, do senador Roberto Muniz (PP-BA), está na Câmara.

Por 22 vezes, os senadores se reuniram em audiências públicas para debater temas relacionados à agricultura, como a que tratou das medidas tomadas pelo Ministério

da Agricultura em relação às denúncias reveladas pela Operação Carne Fraca.

Discutiram ainda a regularização fundiária da Amazônia Legal, a mudança da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura para o Ministério da Indústria e as dívidas dos empregadores rurais pessoas físicas com o Funrural.

Sobre a regularização fundiária, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que nesta semana haverá uma cerimônia para distribuição de 3 mil títulos de propriedade em Rondônia.

Os senadores aprovaram a avaliação da política pública do Executivo sobre pesquisa agropecuária, relatada pela senadora Ana Amélia (PP-RS).

Cassol comentou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de aceitar o recurso pela redução da pena imposta a ele por irregularidades em licitações quando foi prefeito de Rolim de Moura (RO).

— Os problemas vêm, muitas vezes as denúncias não procedem, e mesmo assim nós, agentes públicos, não podemos baixar a cabeça porque a verdade sempre virá — disse.

Para os senadores Pedro Chaves (PSC-MS) e Wellington Fagundes (PR-MT), a decisão do STF foi vitória para Cassol.

Sistema tributário reduz produtividade, diz Armando Monteiro

Armando Monteiro (PTB-PE) criticou a complexidade do sistema tributário que, segundo ele, é uma das causas da baixa produtividade brasileira.

— Há estudos que indicam que as empresas despendem um número imenso de horas e precisam vincular muitas pessoas dentro de sua estrutura só para fazer o chamado *compliance* tributário. Ou seja, pagar impostos no Brasil é muito complicado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gleisi Hoffmann critica rapidez da Justiça em julgar Lula

Em discurso ontem, Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou a decisão do TRF da 4ª Região de pautar o julgamento do ex-presidente Lula para o primeiro dia após o recesso da Justiça, 24 de janeiro.

A senadora classificou a decisão de “temerária”. Segundo Gleisi, o relator levou apenas 36 dias para emitir um parecer sobre o processo, que tem 250 mil páginas, e o juiz revisor fez a correção do material em seis dias.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Capiberibe destaca suas propostas aprovadas em 2017

Em balanço do ano, João Capiberibe (PSB-AP) destacou quatro propostas dele aprovadas pelo Senado.

A PEC 24/2012 cria o Fundo Nacional de Segurança Pública e a 30/2014 impõe teto de gastos às assembleias legislativas. O PLS 160/2013 incentiva a participação política dos afrodescendentes. E o 326/2017 trata do acompanhamento do uso do dinheiro público.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto diminui penas para erros em licenciamentos ambientais

Está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta que diminui as sanções para servidores públicos que trabalham com licenciamento ambiental. O PLS 496/2017, de Sérgio de Castro (PDT-ES), altera lei que trata das sanções penais e administrativas por atividades lesivas ao meio ambiente.

Para profissionais que fizerem estudos ambientais com afirmações falsas ou com informações omitidas, o texto muda a pena de reclusão para

detenção de um a três anos e multa. Já para funcionário público que conceder licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, a pena de multa e detenção, que era de um a três anos, passa a ser de apenas multa.

O projeto muda, de detenção para apenas multa, a pena para o agente público que deixar de cumprir obrigação relevante para o interesse ambiental. Altera ainda, de reclusão para detenção, a

pena para quem apresentar estudo, laudo ou relatório falso no licenciamento.

Ao justificar a proposta, Castro argumentou que o licenciamento ambiental é um procedimento pelo qual a administração pública permite atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, sem comprometer o ambiente natural.

Entretanto, defendeu o senador, o procedimento, no

Brasil, é definido por inúmeras legislações, resoluções, instruções normativas e decretos. E, por isso, é comum haver diversas interpretações sobre um mesmo dispositivo legal.

— O que o projeto pretende é realmente não permitir que um servidor de boa-fé, que tenha um entendimento diferente de um promotor ou um procurador, seja apenado, acusado de cumplicidade, de negligência ou de conluio.

O projeto aguarda designação de relator na CCJ.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Presidente da Comissão de Relações Exteriores fez balanço do ano na comissão e ressaltou audiências com ministros e a votação de 160 propostas, entre elas importantes acordos e protocolos internacionais

Para Collor, Lei da Migração foi um dos destaques do ano

OPRESIDENTE DA Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), divulgou um balanço sobre os trabalhos do colegiado em 2017. Ele ressaltou que 160 propostas foram apreciadas, somando-se projetos, análises de acordos do governo com outros países, adesões a tratados internacionais e sabatinas com embaixadores.

Um dos pontos destacados por Collor foi a votação da nova Lei da Migração (Lei 13.445/2017), ocorrida em abril. Ele informou que o autor da proposta foi o ministro das Relações Exteriores, o senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira. Collor também apontou como positivas a adesão do Brasil à segunda fase do Protocolo de Kyoto (PDS 227/2017) e à Convenção de Minamata sobre o Mercúrio (PDS 114/2017).

Com a ratificação das emendas ao Protocolo de Kyoto, o

Brasil tornou-se o 96º país a se comprometer com metas mais ousadas de diminuição na emissão de gases de efeito-estufa até o ano de 2020.

O problema é que, para este segundo período de compromissos, assinado no âmbito das Nações Unidas (ONU), entrar em vigor, ele precisa ser ratificado por 144 países. E alguns dos maiores poluentes do mundo, como os Estados Unidos, a Rússia e o Canadá, ainda não o fizeram.

Já a adesão à convenção sobre o mercúrio, também assinada na ONU, foi relatada por Jorge Viana (PT-AC). O acordo prevê a eliminação ou redução do uso de mercúrio em produtos e processos industriais, o manejo sustentável dos resíduos e o gerenciamento das áreas contaminadas.

Também foram destacadas por Fernando Collor as análises de acordos assinados pelo Brasil com governos de

outros países.

A CRE ratificou o acordo entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai em torno do Aquífero Guarani (PDS 24/2017). O texto prevê a gestão responsável, a cooperação técnica e estratégias de integração em torno do aquífero, que corta o território das quatro nações do Mercosul.

Foram ainda mencionados os acordos de facilitação de investimentos com o México (PDS 29/2017) e o Chile (PDS 36/2017), o acordo de cooperação na área de defesa com a Rússia (PDS 22/2017) e o acordo de mútua isenção de vistos com os Emirados Árabes Unidos (PDS 215/2017).

Ministros

Collor ressaltou que a CRE reuniu-se durante o ano em audiências públicas com o ministro da Defesa, Raul Jungmann, e com os comandantes das três Forças: o general Eduardo Villas Boas (Exército), o tenente brigadeiro-do-ar Nivaldo Luiz Rossato (Aeronáutica) e o almirante-de-esquadra Eduardo Bacellar (Marinha).

Também foram realizadas audiências com o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o brasileiro Roberto Azevedo, com os ex-ministros Celso Amorim, Celso Lafer e Marcílio Marques Moreira e com o embaixador Rubens Barbosa, durante o ciclo de debates "O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras".



Fátima Bezerra preside a Comissão de Desenvolvimento Regional

Fundeb e integração da Bacia do São Francisco foram temas da CDR

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promoveu ao longo deste ano 38 reuniões e 9 eventos externos. A informação é destacada no relatório anual do colegiado, presidido por Fátima Bezerra (PT-RN).

Do total de reuniões, 15 foram deliberativas, com a aprovação de projetos, e 13 foram destinadas a audiências públicas, quando ocorrem debates com a sociedade civil sobre temas relacionados à pauta da comissão. Foram aprovados ainda 14 projetos, sendo 10 de iniciativa de senadores e quatro de origem da Câmara.

O Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) foi tema de um ciclo de debates. A CDR também debateu a situação financeira dos municípios, principalmente dos pequenos e médios, e o fechamento de mais de mil agências de bancos postais dos Correios em todo o Brasil.

Entre os projetos aprovados, está o que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pimenteiras do Oeste, Costa

Marques e Cabixi, em Rondônia (PLS 351/2017).

Também foram aprovadas a proposta que estabelece normas de segurança e manutenção em brinquedos de parques infantis (PLC 159/2015) e a que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional (PLS 210/2010).

Águas

Outro tema debatido foi a retomada das obras do Eixo Norte e do Ramal do Apodi, que fazem parte do projeto de integração do Rio São Francisco.

Neste mês, a comissão discutiu ainda a integração do Rio Tocantins com o São Francisco. Na quarta-feira, o colegiado aprovou seu relatório de avaliação da política pública sobre segurança hídrica e gestão de águas nas Regiões Norte e Nordeste. Uma das conclusões é que a revitalização do Rio São Francisco é essencial para o sucesso do projeto da transposição de águas.



Fernando Collor faz balanço do ano na Comissão de Relações Exteriores

Pedro Chaves faz balanço de sua atuação em 2017

Pedro Chaves (PSC-MS) fez ontem, em Plenário, um balanço de sua atividade parlamentar em 2017. O senador citou vários projetos que relatou, como o que proíbe a imposição, pelas operadoras, de limites nas franquias de internet banda larga fixa (PLS 174/2016). Chaves também foi relator da MP que reformou o ensino médio (transformada na Lei 13.415/2017), que, para ele, "concilia a escola com a vida contemporânea".

O senador defendeu a aprovação de propostas dele, como a que incentiva a contratação de trabalhadores com mais de 60 anos de idade (PLS 154/2017).



Waldemir Borreto/Agência Senado

Reguffe prioriza 3 áreas com emenda parlamentar

As emendas de Reguffe (sem partido-DF) ao Orçamento de 2018, que totalizaram R\$ 14,7 milhões, priorizaram três áreas: saúde, educação e segurança, disse o senador.

Serão R\$ 7 milhões para medicamentos para a rede pública; R\$ 2,5 milhões para equipamentos hospitalares e R\$ 1 milhão para o hospital do câncer. Já para a educação, serão R\$ 2,45 milhões para reforma de escolas públicas. Quanto à segurança, será R\$ 1,25 milhão para o programa de videomonitoramento das ruas do Distrito Federal e R\$ 500 mil para a compra, pelo corpo de bombeiros, de viatura de resgate e salvamento.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Amorim acusa governo de Sergipe de não repassar ICMS

O governo de Sergipe não repassa toda a parte que cabe aos municípios pela arrecadação do ICMS, denunciou Eduardo Amorim (PSDB-SE).

O senador afirmou que uma investigação do Tribunal de Contas do estado mostrou que o repasse está prejudicado desde 2014. Nesse período, pelo menos R\$ 200 milhões deixaram de chegar aos cofres das prefeituras, avaliou:

— O governo finge que não há nada de errado, enquanto deixa cidades à míngua e os prefeitos com o pires na mão.

Amorim relatou que reuniu-se com o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, na tentativa de uma solução.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Marta comemora aprovação da Base Nacional Curricular

Marta Suplicy (PMDB-SP) elogiou ontem a recente aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e o ensino fundamental. Para ela, trata-se de inovação importante, que fará diferença ao trazer novas diretrizes e orientações sobre o que deve ser abordado em sala de aula.

A ênfase nas competências é um dos acertos da nova base curricular. A senadora acredita que a medida dará aos estudantes a oportunidade de se desenvolver humana e profissionalmente, colocando-os em condições de igualdade para disputar as vagas do mercado de trabalho.



Waldemir Borreto/Agência Senado

João Alberto pede curso de medicina no interior do MA

João Alberto Souza (PMDB-MA) pediu em Plenário a abertura de um curso de medicina em Bacabal (MA). Segundo ele, apesar de ter anunciado a suspensão da abertura de cursos no país, o governo autorizou a criação de 29 faculdades de medicina.

De acordo com o senador, o MEC já atestou que Bacabal cumpre os requisitos para abertura do curso. A maior questão a ser resolvida, segundo ele, é se a instalação será feita pela Universidade Federal do Maranhão ou por instituição particular. Para ele, o presidente da República, Michel Temer, não deve falhar em resolver a questão.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Oposição apoia suspensão de ônus a servidor

Senadores se revezaram ontem no Plenário para comemorar liminar do STF que suspendeu efeitos da MP que congela reajustes e aumenta a contribuição previdenciária

A DECISÃO DO ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski de suspender anteontem trechos da Medida Provisória (MP) 805/2017, que aumenta a contribuição previdenciária de servidores federais e adia reajustes salariais, foi comemorada por senadores oposicionistas.

A liminar concedida por Lewandowski atende o pedido feito na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.809, movida pelo PSOL. Mas está sujeita ao referendo do Plenário da corte.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi uma decisão acertada e repõe as perdas inflacionárias dos servidores.

— Alguns podem analisar essa decisão como política, mas ela é jurídica e técnica. É escandalosa a inconstitucionalidade da MP. Ela simplesmente desfaz o que uma lei fez, que foi garantir ao conjunto de servidores públicos a recomposição de seus salários de forma parcelada.

“Confisco”

De acordo com Vanessa, não se trata de marajás, mas de servidores competentes:

— São professores, profissionais da área de saúde, fiscais de tributos que não podem por uma canetada do presidente



Vanessa diz, em pronunciamento, que decisão do ministro Lewandowski corrige inconstitucionalidades da MP

da República ver tudo o que conquistaram ser desfeito.

Hélio José (Pros-DF) afirmou que a MP promove um confisco dos salários dos servidores.

— Quero aplaudir o STF. Até que enfim uma notícia boa para os servidores. Essa decisão liminar coloca o país nos eixos quando faz com que aquilo que foi pactuado seja cumprido. Agora, com essa liminar, fica garantido esse ajuste para os servidores, além de impedir o aumento de forma aleatória da contribuição dos servidores sem cobrar dos devedores da Previdência, que

são grandes empresários.

Ângela Portela (PDT-RR), que apresentou emendas à comissão mista que analisa a MP 805 para assegurar os direitos dos servidores, disse esperar que o STF mantenha a decisão de Lewandowski.

— A liminar, além de ser uma decisão acertada, barra mais uma ação em que o governo afronta direitos e conquistas dos servidores. Torço para que essa liminar seja mantida, caso o Planalto recorra ao Plenário do Supremo. O ministro Lewandowski reconheceu que tanto esse aumento da contri-

buição previdenciária quanto o corte do reajuste já garantido aos servidores representam redução de salários, o que é proibido pela Constituição. Os servidores precisam ser respeitados — disse Ângela.

Reajustes

Fátima Bezerra (PT-RN) também comemorou. Integrante da comissão mista que analisa a MP, ela apresentou emenda para anular o aumento da contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%.

“Vitória dos servidores e derrota do governo ilegítimo e sua

agenda golpista de retirada de direitos”, escreveu a senadora numa rede social.

A MP 805/2017, editada em outubro pelo presidente Temer, adiou para 1º de janeiro de 2019 as correções salariais previstas para várias categorias do funcionalismo federal.

O governo previa economia de R\$ 5 bilhões com a medida, que também altera auxílios pagos no Poder Executivo. Essa mesma MP elevava de 11% para 14% a contribuição previdenciária do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) devida para aqueles que recebem salários acima de R\$ 5,3 mil. A medida, que deveria começar a valer em fevereiro, representaria aumento de receita na ordem de R\$ 2,2 bilhões, conforme o governo.

Segundo Lewandowski, a jurisprudência do STF é pacífica ao garantir a irredutibilidade dos salários e que, caso a norma não fosse suspensa, os servidores do Executivo federal seriam duplamente afetados pelo mesmo ato: “Primeiro, por cercear-se reajuste salarial já concedido mediante lei. Depois, por aumentar-se a alíquota da contribuição previdenciária, que passa a ser arbitrariamente progressiva, sem qualquer consideração de caráter técnico a ampará-la”.

Após mobilizar senadores em 2017, reforma trabalhista volta à pauta em 2018

A reforma trabalhista mobilizou o Senado em 2017. Aprovado pelos deputados em abril, o projeto de lei da Câmara passou por três comissões do Senado antes de ser votado em Plenário. Para a oposição, a proposta do Poder Executivo retirava direitos dos trabalhadores. Para a base do governo, o projeto incentivava novas contratações.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi a primeira a analisar o PLC 38/2017. O colegiado realizou três audiências públicas em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Após os debates, o relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), manteve o texto aprovado na Câmara, rejeitando as 242 emendas.

A proposta previa a prevalência do acordado sobre o legislado (acordos entre patrões e empregados estão acima da lei), o fim da contribuição sindical obrigatória e a possibilidade de demissão sem homologação do sindicato, além da extinção do contrato de trabalho por acordo (com redução do valor do aviso prévio). O parecer foi aprovado em 6 de junho, por 14 votos contra 11.

O projeto foi votado na CAS duas semanas depois. Novamente relator, Ferraço manteve o relatório da CAE e considerou prejudicadas 227 novas emendas. Mas, na hora da votação, uma surpresa: por um voto de diferença (10 contra 9), os senadores derrubaram o relatório de Ferraço e aprovaram um voto em separado do senador Paulo Paim (PT-RS) pela rejeição do PLC 38/2017.

Mas a base aliada correu para reverter o resultado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na tarde do mesmo dia, 20 de junho, o relator e líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou um parecer favorável à proposta. Na noite de 28 de junho, a CCJ aprovou o texto da Câmara dos Deputados.

Tumulto

O PLC 38/2017 chegou ao Plenário em regime de urgência. Mesmo sob protestos da oposição, a maioria aprovou um rito especial para apressar a tramitação, e a votação foi marcada para 11 de julho.

Naquela manhã, a oposição chegou mais cedo ao Plenário. Fátima Bezerra (PT-RN) abriu a sessão e concedeu a palavra

aos contrários à reforma.

Quando o presidente do Senado, Eunício Oliveira, chegou ao Plenário, um grupo de seis senadoras ocupou a mesa para tentar impedir a votação. Houve tumulto. Eunício suspendeu a sessão, que só foi retomada seis horas depois, com a mesa ainda ocupada.

Durante a votação, Romero Jucá defendeu o texto aprovado pelos deputados, mas anunciou que o Poder Executivo iria fazer “alguns ajustes” no texto após a sanção. A jornada especial de 12 horas de trabalho por 16 horas de descanso, por exemplo, só poderia ser firmada por acordo coletivo, e não mais individual. A gestante e a lactante só trabalhariam em local insalubre por vontade própria, e não mais a pedido do empregador. A substituição de trabalhadores efetivos por intermitentes só poderia ocorrer após um prazo de 18 meses.

Quando o painel foi aberto, a reforma estava aprovada: 50 votos a favor e 26 contrários. A oposição alertou que a mudança na legislação poderia fragilizar as relações de trabalho.

— É a terceirização ampla, geral e irrestrita. O trabalhador terceirizado recebe, em média,

24% a menos. A expectativa é de que, em cinco anos, saíamos de 26% de trabalhadores terceirizados para 75% — afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ).

Mas, para os aliados do governo, a reforma estimula a criação de postos de trabalho.

— Aqui não se está retirando nenhum direito. O desafio do século é gerar emprego — afirmou Roberto Rocha (PSDB-MA).

Com a derrota no Plenário, a oposição criou a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Um grupo de juristas deve apresentar um anteprojeto de estatuto até 30 de abril, véspera do Dia do Trabalhador.

Debate

O presidente da República, Michel Temer, sancionou a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) em 13 de julho, sem vetos. Os “ajustes” anunciados durante a votação por Romero Jucá dependiam ainda da edição de uma medida provisória (MP), que o governo só enviou ao Congresso Nacional quatro meses depois.

A MP 808/2017 altera 17 artigos da reforma trabalhista.

A maior parte das mudanças foi no trabalho intermitente. A medida provisória garante parcelamento das férias em três vezes, auxílio doença, salário-maternidade e verbas rescisórias, mas proíbe acesso ao seguro-desemprego ao final do contrato.

Outra mudança é para as trabalhadoras gestantes. Elas são afastadas de atividades perigosas e, nesses casos, deixam de receber o adicional de insalubridade. Para as lactantes, o afastamento depende da apresentação de atestado médico.

Mas as novas regras também podem mudar. O texto enviado pelo Poder Executivo recebeu 967 emendas no Congresso, um terço delas apresentadas por senadores. As sugestões serão analisadas por uma comissão mista, que ainda aguarda a indicação dos senadores e deputados que vão compor o colegiado.

A reforma trabalhista, motivo de tantos embates em 2017, promete mobilizar o Congresso também em 2018. A medida provisória perde a validade em fevereiro, mas pode ser prorrogada até 22 de abril.

Com a Agência Câmara